



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

|                 |              |
|-----------------|--------------|
| Processo Número | 0007961/2023 |
| Data do Início  | 17/04/2023   |
| Folha           | 06           |
| Rubrica         | JS           |

**RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO**

**PROCESSO Nº 7961/2023, Pregão Presencial n.º 07/2023.**

**OBJETO:** Contratação de empresa para a prestação de Serviços de Locação de Veículos, com motorista e sem combustível para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Maricá e de suas Secretarias.

À Procuradoria Geral do Município,

A empresa **LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S.A.**, encaminhou a essa especializada impugnação ao edital.

**I - DA TEMPESTIVIDADE**

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 8.666/1993, especificamente no artigo 41:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

PREFEITURA DE MARICÁ  
PROCESSO Nº: 7961/2023  
DE INÍCIO: 13/09/2023  
MUNICÍPIO: MARICÁ FLS: 07

§ 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

Por tanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra tempestivo.

## **II – DAS RAZÕES**

Trata-se de peça impugnatória apresentada pela empresa **LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S.A, CNPJ n.º 02.491.558/0001-42**, na qual alega existência de condições inviáveis para o cumprimento do item 7.1, do Anexo III, do Edital de Pregão Presencial n.º 07/2023, em que estipula prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da assinatura do contrato, para início da execução do objeto.

Argumenta ainda que, a previsão mencionada poderia reduzir a participação de licitantes interessados e que prejudicaria a ampla competitividade.

Em apertada síntese, a impugnante faz a seguinte alegação:

- i. Questiona o prazo de entrega e indica suposta violação a ampla competitividade.

## **III – DO MÉRITO**

Em análise ao ponto atacado, passamos a nos manifestar sobre.

### **1- Quanto à alegação de inviabilidade quanto ao atendimento do prazo de entrega do objeto e da suposta violação a ampla competitividade;**

De início, é importante esclarecer que nos procedimentos licitatórios, além do princípio da isonomia e legalidade, a administração permanece adstrita aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade para adoção dos critérios a serem estabelecidos no **EDITAL**. Tendo por objetivo o atendimento ao interesse público, a busca da melhor proposta ofertada e ainda da ampliação da competitividade entre os participantes do procedimento licitatório.

Nesse aspecto, cumpre destacar que as condições para execução do objeto, previstas no presente certame, foram resultado de extensa pesquisa e minuciosa análise de demanda realizada durante o Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência elaborados pelo ente federativo. Assim, resta claro que o prazo indicado para entrega do objeto foi baseado em



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

PREFEITURA DE MARICÁ  
PROCON Nº: 7961/2023  
DE INICIO: 17/04/2023  
MUNICÍPIO: 18 FLS: 08

parâmetros que vislumbram atender as demandas do interesse público e que possibilitam o fiel cumprimento da obrigação pela empresa contratada.

Desse modo, não há o que se falar em inviabilidade da ampla competitividade. Tendo em vista que, o ente federativo elaborou o instrumento convocatório exercendo sua prerrogativa de utilizar discricionariedade na escolha do referido prazo, no entanto, com total observância aos preceitos legais e princípios norteadores do direito administrativo.

Sobre o assunto, também vale transcrever a lição de MARÇAL JUSTEN FILHO, na qual o autor ressalva a autonomia da Administração para definir as condições da contratação administrativa, nos seguintes termos:

“Por isso, a lei ressalva autonomia para a Administração definir as condições da contratação administrativa. (...) Reservou-se à Administração a liberdade de escolha do momento de realização da licitação, do seu objeto, da especificação de condições de execução, das condições de pagamento etc. Essa competência discricionária exercita-se no momento preparatório e inicial da licitação.” (Marçal Justen Filho. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, p. 70)

Entretanto, cabe ressaltar que esta Comissão não possui a expertise técnica necessária para deliberar a respeito dos prazos estipulados pela Secretaria Requisitante, devendo a mesma deliberar a respeito das razões apresentadas.

#### **IV – DA CONCLUSÃO**

Diante dos fatos apontados, solicita-se a esta Douta Procuradoria Geral do Município análise das razões aqui apontadas e manifestação quanto aos pontos apresentados.

Em 18/04/2023

NATHÁLIA BORGES

OAB/RJ 241.620

De acordo

FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS